



Dois meses por ano "presos" aos ecrãs

Um estudo da Custodio, uma plataforma de segurança digital, concluiu que os menores passam cerca de dois meses por ano agarrados a ecrãs. Grande parte do tempo é passado no TikTok e no WhatsApp. Foram analisados os hábitos de 400 mil famílias nos EUA, Espanha, Austrália e Reino Unido.

Ministério da Justiça vai usar tecnologia do ChatGPT para responder a cidadãos

O GPJ é um programa criado para responder a perguntas relacionadas com justiça familiar, casamento e divórcio numa linguagem simples e acessível. Usa a mesma tecnologia que o ChatGPT da OpenAI

Karla Pequeno

O Ministério da Justiça está a trabalhar num *chatbot* (programa de conversa) para tirar dúvidas a cidadãos e empresas sobre processos judiciais em Portugal. A missão do GPJ (sigla para Guia Prático de Acesso à Justiça), apresentado hoje no Campus da Justiça, é simplificar o acesso à informação com uma linguagem mais acessível. A base da tecnologia é o modelo linguístico GPT3.5, o mesmo que é usado pelo ChatGPT, da OpenAI.

"O GPJ tem o poder de orientar os cidadãos sobre questões específicas com base em informação que já está no Portal da Justiça", começa por explicar ao PÚBLICO o secretário de Estado da Justiça Pedro Ferrão Tavares, numa pré-apresentação do GPJ, que foi desenvolvido no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Numa primeira fase, o foco serão questões relacionadas com casamento e divórcio, por serem temas em que já existe bastante informação *online*. "Usamos inteligência artificial para criar um sistema que ajude as pessoas a encontrar informação que já está na Internet de forma mais rápida", justifica Pedro Ferrão Tavares.

A versão inicial do sistema, que deve ser disponibilizado ao público em Março, assemelha-se muito ao ChatGPT da OpenAI, mas não é preciso fazer qualquer registo para usar. Basta aceder a uma página *online* ou aplicação móvel. Durante uma conversa, o GPJ é capaz de responder a perguntas como "como dou início ao processo de divórcio?", "quem fica com o cão?" e "quanto custa?" de uma perspectiva jurídica sem perder o fio à meada. Demora cerca de cinco segundos a devolver uma resposta. Pelo meio, fornece *links* e contactos relevantes.

"Parabéns!" é a primeira coisa que responde quando alguém diz: "Estou muito feliz, vou casar. Do que preciso?". Não dá erros ortográficos, mas é capaz de perceber perguntas que contêm gírias. Se alguém pede algo que sai do seu âmbito ("Tens uma



Secretário de Estado da Justiça, Pedro Ferrão Tavares, na apresentação do GPJ

receita de bacalhau com natas?"), explica que não é a sua função. Contrariamente ao ChatGPT, foi programado para ser pouco criativo: "Se não tem informação suficiente para dar uma resposta, não inventa", explica Pedro Ferrão Tavares.

O GPJ insere-se na iniciativa GovTech, que tem o objetivo de apoiar produtos e serviços inovadores, desenvolvidos por *startups* portuguesas. Neste caso, a *startup* portuguesa Genesis juntou-se à gigante tecnológica Microsoft, que apoia a OpenAI, criadora do ChatGPT, há anos.

O projecto foi desenvolvido no Hub da Justiça, uma incubadora de inovação que junta diferentes serviços e organismos do sector público, academia e sociedade civil.

"Isto não é o ChatGPT", frisa o secretário de Estado da Justiça. "Usa

a mesma tecnologia de inteligência artificial, mas é um guia. Não pode utilizar qualquer fonte nas respostas. É um sistema fechado que recorre àquilo que está disponível na plataforma da Justiça e, no futuro, do *Diário da República Electrónico*."

A base do *chatbot* português é a arquitectura GPT (Generative Pre-Trained Transformer) que recorre a algoritmos programados para encontrar padrões em sequências de dados. É a partir dessa análise que é capaz de perceber qual é a melhor ordem de palavras para expressar uma ideia. Estes algoritmos, chamados "Transformers", são pré-treinados com dados sobre o mundo, e, depois, com informação específica sobre a tarefa que vão desempenhar e aquilo que aprendem ao interagir com utilizadores.

O *chatbot* do Ministério da Justiça

recorre à plataforma Azure Open AI, disponibilizada pela Microsoft, que usa o modelo de linguagem GPT3.5. Este modelo foi treinado com grandes bases de dados *online* que incluem páginas da Wikipédia e comentários de dezenas de revisores humanos que identificaram respostas erradas ou problemáticas (por exemplo, linguagem racista). A isto junta-se informação já disponibilizada pelos vários organismos da Justiça *online* sobre temas de direito da família.

No futuro, a tecnologia deverá alargar-se a outras áreas, como a obtenção de nacionalidade ou uma certidão de óbito.

"São áreas em que as pessoas têm muitas dúvidas e geralmente andam perdidas à procura de informação", justifica Tavares. "O GPJ não substitui os profissionais humanos, como

advogados ou mandatários", clarifica. "O único objetivo é guiar o cidadão nos serviços da justiça de forma mais simples."

Desta forma, o GPJ também foge a controvérsias sobre a responsabilidade das respostas dadas e os dados acumulados.

Além do GPJ, o Ministério da Justiça apresenta hoje várias outras ferramentas inseridas na iniciativa GovTech, como um validador automático da autenticidade para pedidos de nacionalidade *online* (submetidos por mandatários).

"O nosso objetivo é que possamos usar inteligência artificial para melhorar a vida de todas as pessoas e profissionais", explica o secretário de Estado Pedro Ferrão Tavares. "Há muito que podemos fazer com as novas tecnologias de inteligência artificial."